



PLANO DE ENSINO 2023

PROFESSOR: CLOVIS ALBERTO VOLPE FILHO

DEPARTAMENTO: DIREITO PÚBLICO

DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL II

SÉRIE: 4ª TURMAS: A e B TURNO: DIURNO E NOTURNO

CARGA HORÁRIA SEMANAL: 4h/a. HORÁRIA ANUAL: 144h/a.

1. EMENTA

1.1 O conteúdo programático, aliando teoria e prática, contemplará os seguintes pontos: Teoria da Prova no Processo Penal. Medidas Cautelares Pessoais: prisões cautelares e medidas diversas à prisão. Atos processuais e Procedimentos: comum e especial. Sentença e Coisa Julgada. Teoria Geral das Nulidades. Teoria dos Recursos e Recursos em espécie. Ações de impugnação: Habeas Corpus; Revisão criminal e Mandado de Segurança. Aspectos teóricos da Lei de Execução Penal.

2. OBJETIVOS GERAIS

- 2.1 Em um curso de graduação em ciências jurídicas, impõe-se ao professor a tarefa de fornecer aos graduandos o conhecimento de todos os diplomas legais, na respectiva área de ensino, bem como despertar-lhes a consciência para uma correta e adequada interpretação sistemática; afinal, nem sempre do conhecimento literal das leis, ainda que muito bem embasado, se extrai a melhor interpretação. E a interpretação equivocada pode conduzir a uma aplicação inadequada, quando, não raro, injusta e prejudicial aos interesses daqueles a quem o futuro profissional tiver de servir.
- 2.2. Mas, como a ciência jurídica não é estática, estando sobremaneira sujeita às transformações socioculturais, que geram alterações legislativas profundas e frequentes, impõe-se, de igual maneira, um atento acompanhamento, razão pela qual se dará ênfase às modificações introduzidas, procurando-se, ademais, a melhor adequação sistemática, notadamente, no aspecto constitucional. Apesar de recentes e reiteradas reformas, existe projeto de reforma (integral) do Código de Processo Penal, que deverá ser acompanhado.
- 2.3. Ademais, considerando-se que o direito deve estar inserido em um contexto social e não circunscrito à sua expressão meramente normativa, dar-se-á especial atenção no sentido de se formar uma consciência interpretativa crítica; e, portanto, não apenas exegética ou dogmática, mas voltada para o contexto histórico e, tanto quanto possível, procurando-se despertar para o compromisso com a transformação social, concretamente enfocada.
- 2.4. Nessa perspectiva, serão apresentadas questões práticas, referentes a casos reais ou simulações, para que da discussão em grupo se possibilite a formação de uma consciência crítica, tanto dos postulados referentes ao direito positivo, como com vistas à correta aplicação na vida profissional. E, certamente, não se pode deixar de focar os precedentes da jurisprudência, como reconhecimento da expressão maior da experiência e da visão do direito por quem o faz, diuturnamente.



2.5. Por último, ter-se-á em conta que para a graduação os candidatos deverão comprovar aptidão para a produção de textos, mediante a elaboração de pesquisa e apresentação de trabalho escrito, na conclusão do curso; com vistas a esse enfoque, desde logo, e independentemente do incentivo à iniciação a esse trabalho obrigatório, se procurará estimular a criatividade, sugerindo-se apresentações de outros escritos, sob temática que se relacione com o curso e, de modo especial, com a matéria.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 3.1 Introduzir o aluno às estruturas elementares do processo penal, em seus princípios informativos, levando-o ao aprendizado, possibilitando o conhecimento do instrumental disponível na disciplina.
- 3.2 Análise sistemática e contextual dos temas afetos à disciplina processual penal, com indicação da sua correta interpretação em harmonia com o sistema constitucional vigente.

4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I. PRIMEIRO BIMESTRE

4.1 DA PROVA

4.1.1 DISPOSIÇÕES GERAIS OU TEORIA GERAL DA PROVA

4.1.2 Conceito de prova

4.1.3 Função da prova

4.1.4 Direito à prova

4.1.5 Princípios gerais da prova

4.1.6 Limites ao direito à prova

4.1.7 Classificação da prova

4.1.8 Objeto da prova

4.1.9 Ônus da prova

4.1.10 Sistemas de avaliação da prova

4.1.11 Cadeia de custódia do conjunto probatório

4.2 AS PROVAS NOMINADAS NO CPP

4.2.1 Do exame de corpo de delito e das perícias em geral

4.2.2 Interrogatório do acusado

4.2.3 Confissão

4.2.4 Perguntas ao ofendido

4.2.5 Prova testemunhal

4.2.6 Reconhecimento

4.2.7 Acareação

4.2.8 Documentos

4.2.9 Índícios

4.3 BUSCA E APREENSÃO

4.3.1 Busca e apreensão e garantias constitucionais

4.3.2 A necessidade de separação dos institutos (busca e apreensão)

4.3.3 Busca e Apreensão Domiciliar

4.3.4 Busca e Apreensão Pessoal

4.4 OUTROS MEIOS DE PROVA OU MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVAS

4.4.1 Interceptação telefônica



- 4.4.2 Colaboração Premiada
- 4.4.3 Escuta ambiental
- 4.4.4 Quebra de sigilo bancário
- 4.4.5 Agente Infiltrado
- 4.4.6 Ação controlada

II. SEGUNDO BIMESTRE

- 4.5 DAS MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS
- 4.6 ASPECTOS GERAIS SOBRE MEDIDAS CAUTELARES NO PROCESSO PENAL
 - 4.6.1 Conceito
 - 4.6.2 Espécies de medidas cautelares
 - 4.6.3 Pressupostos das medidas cautelares pessoais
 - 4.6.4 Características das medidas cautelares pessoais
 - 4.6.5 Regras gerais sobre as medidas cautelares pessoais
- 4.7 DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A PRISÃO
 - 4.7.1 Conceito de prisão
 - 4.7.2 Espécies de prisão
 - 4.7.3 Princípios constitucionais aplicáveis à prisão
 - 4.7.4 Formalidades para o cumprimento da prisão
- 4.8 PRISÃO EM FLAGRANTE
 - 4.8.1 Considerações preliminares
 - 4.8.2 Flagrante facultativo e flagrante obrigatório
 - 4.8.3 Modalidades de flagrância
 - 4.8.4 Hipóteses especiais de flagrante
 - 4.8.5 Formalidades do flagrante
 - 4.8.6 Audiência de Custódia
- 4.9 PRISÃO PREVENTIVA E PRISÃO TEMPORÁRIA
 - 4.9.1 Natureza e características da prisão preventiva
 - 4.9.2 Momento e iniciativa da decretação da prisão preventiva
 - 4.9.3 Requisitos: fumus commissi delicti e periculum libertatis da prisão preventiva
 - 4.9.4 Hipóteses de cabimento da prisão preventiva
 - 4.9.5 Fundamentação e recurso da prisão preventiva
 - 4.9.6 Controle periódico da prisão preventiva da prisão preventiva
 - 4.9.7 Conversão da prisão preventiva em domiciliar
 - 4.9.8 Natureza e características da prisão temporária
 - 4.9.9 Momento e iniciativa da decretação da prisão temporária
 - 4.9.10 Requisitos: fumus commissi delicti e periculum libertatis da prisão temporária
 - 4.9.11 Hipóteses de cabimento da prisão temporária
- 4.10 MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO
 - 4.10.1 Natureza e Características
 - 4.10.2 Comparecimento periódico em juízo
 - 4.10.3 Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares
 - 4.10.4 Proibição de manter contato com pessoa determinada
 - 4.10.5 Proibição de ausentar-se da Comarca
 - 4.10.6 Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga
 - 4.10.7 Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira



- 4.10.8 Internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, quando os peritos concluírem ser inimputável ou semi-imputável
- 4.10.9 Fiança, nas infrações que a admitem
- 4.10.10 Monitoração eletrônica
- 4.10.11 Apreensão de Passaporte
- 4.11 RELAXAMENTO DA PRISÃO, REVOGAÇÃO DA PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA
- 4.11.1 Considerações iniciais
- 4.11.2 Diferenças entre os institutos
- 4.11.3 Cabimento do relaxamento da prisão
- 4.11.4 Cabimento da revogação da prisão
- 4.11.5 Cabimento da liberdade provisória
- 4.11.6 Espécies de liberdade provisória
- 4.11.6.1 Liberdade provisória sem cumulação com medida cautelar diversa da prisão
- 4.11.6.2 Liberdade provisória com cumulação com medida cautelar diversa da prisão
- 4.11.7 Aspectos jurisprudenciais sobre a liberdade provisória

III. TERCEIRO BIMESTRE

- 4.12 *DOS ATOS PROCESSUAIS*
- 4.13 *CONSIDERAÇÕES INICIAIS*
- 4.14 *A REALIZAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS*
- 4.14.1 *Audiências e sessões*
- 4.14.2 *Prazos*
- 4.15 *CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS*
- 4.15.1 *Atos das partes*
- 4.15.2 *Atos dos juízes*
- 4.15.3 *Atos dos auxiliares da Justiça*
- 4.16 *CITAÇÕES E INTIMAÇÕES*
- 4.16.1 *Das citações*
- 4.16.2 *Das intimações*
- 4.17 *DOS RITOS PROCEDIMENTAIS*
- 4.18 *PROCEDIMENTO*
- 4.18.1 *Conceitos*
- 4.18.2 *Classificação dos procedimentos*
- 4.19 *PROCEDIMENTO ORDINÁRIO E SUMÁRIO*
- 4.19.1 *Diferenças entre rito ordinário e sumário*
- 4.19.2 *Fase postulatória*
- 4.19.3 *Fase instrutória*
- 4.19.4 *Fase decisória*
- 4.20 *PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO (Lei n. 9.099/95)*
- 4.20.1 *Fase preliminar*
- 4.20.2 *Fase instrutória*
- 4.20.3 *Fase decisória*
- 4.21 *PROCEDIMENTO DO JÚRI*
- 4.21.1 *O júri no Brasil*
- 4.21.2 *Princípios ou requisitos fundamentais*
- 4.21.3 *Características Principais*
- 4.21.4 *Composição e organização do júri*



- 4.21.5 *Juízo de acusação ou sumário de culpa*
- 4.21.6 *Desaforamento e prazo de realização do julgamento*
- 4.21.7 *Preparação do plenário e Fase de julgamento (juízo da causa)*
- 4.21.8 *Quesitos*
- 4.22 **PROCEDIMENTOS ESPECIAIS**
- 4.22.1 *Nos crimes de responsabilidade de funcionários públicos*
- 4.22.2 *Nos crimes contra a honra*
- 4.22.3 *Nos crimes contra a propriedade imaterial*
- 4.22.4 *Nos crimes falimentares*
- 4.22.5 *Nos crimes de tóxicos*
- 4.23 **DAS DECISÕES JURISDICIONAIS PENAIS**
- 4.24 **CLASSIFICAÇÃO**
- 4.24.1 *Despachos*
- 4.24.2 *Decisões interlocutórias*
- 4.24.3 *Decisão com força de definitiva*
- 4.24.4 *Decisões definitivas*
- 4.25 **SENTENÇA**
- 4.25.1 *Conceito e natureza jurídica*
- 4.25.2 *Requisitos da sentença*
- 4.25.3 *Correlação ou congruência e Jura novit curia*
- 4.25.4 *Sentença absolutória*
- 4.25.5 *Sentença condenatória*
- 4.25.6 *Mutatio e emendatio libelli*
- 4.26 **COISA JULGADA**
- 4.26.1 *Conceito, natureza jurídica e fundamento*
- 4.26.2 *Espécies*
- 4.26.3 *Efeitos ou limites objetivos da coisa julgada*

IV. QUARTO BIMESTRE

- 4.27 **DAS NULIDADES**
- 4.28 **GENERALIDADES**
- 4.28.1 *Conceito de nulidade*
- 4.28.2 *As consequências dos atos processuais imperfeitos ou atípicos*
- 4.28.3 *Princípios aplicáveis ao tema das nulidades*
- 4.28.4 *Momentos de decretação da invalidade*
- 4.28.5 *Classificação dos atos defeituosos*
- 4.28.6 *Consequências da nulidade*
- 4.29 **DOS RECURSOS**
- 4.30 **DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 4.30.1 *Conceito, natureza jurídica e características*
- 4.30.2 *Fundamentos dos recursos*
- 4.30.3 *Classificações dos recursos*
- 4.30.4 *Princípios dos recursos*
- 4.30.5 *Juízo de admissibilidade e juízo de mérito*
- 4.30.6 *Pressupostos ou requisitos (objetivos e subjetivos)*
- 4.30.7 *Efeitos dos recursos*
- 4.31 **ESPÉCIES DE RECURSOS**



- 4.31.1 *Recurso no sentido estrito*
- 4.31.2 *Apelação*
- 4.31.3 *Embargos de declaração*
- 4.31.4 *Carta testemunhável*
- 4.31.5 *Embargos infringentes e embargos de nulidade*
- 4.31.6 *Correição Parcial*
- 4.31.7 *Recurso Ordinário Constitucional*
- 4.31.8 *Recurso Especial*
- 4.31.9 *Recurso Extraordinário*
- 4.32 **DAS AÇÕES DE IMPUGNAÇÃO**
- 4.33 **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**
- 4.34 **REVISÃO CRIMINAL**
- 4.34.1 *Histórico, fundamento, conceito e natureza jurídica*
- 4.34.2 *Espécies de revisão*
- 4.34.3 *Pressupostos processuais e condições da ação*
- 4.34.4 *Revisão das decisões do júri*
- 4.34.5 *Fundamentos da revisão*
- 4.34.6 *O processo e o procedimento da revisão*
- 4.35 **HABEAS CORPUS**
- 4.35.1 *conceito e natureza jurídica*
- 4.35.2 *Espécies de habeas corpus*
- 4.35.3 *Hipóteses legais*
- 4.35.4 *Condições da ação*
- 4.35.5 *O processo e o procedimento do “habeas corpus”*
- 4.35.6 *A Jurisprudência sobre o HC*
- 4.36 **MANDADO DE SEGURANÇA**
- 4.36.1 *Origem e base normativa*
- 4.36.2 *Natureza jurídica e pressupostos*
- 4.36.3 *Mandado de segurança contra ato jurisdicional penal*
- 4.37 **DOS ASPECTOS TEÓRICOS DO PROCEDIMENTO JUDICIAL DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL (LEP)**
- 4.38 **ASPECTOS GERAIS SOBRE A LEP**
- 4.39 **JUÍZO DA EXECUÇÃO**
- 4.40 **LEGITIMIDADE PARA AGIR**
- 4.41 **PARTICIPAÇÃO DO ADVOGADO**
- 4.42 **RECURSO NA LEI DE EXECUÇÃO PENAL**

5. PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS – METODOLOGIAS ATIVAS

- 5.1 Aulas expositivas, com apresentação doutrinária; realização de estudo dirigido, individual ou em grupo, aulas introdutórias seguidas de seminários, trabalho escrito: individual e em grupo, análise e discussão de casos concretos, discussão de casos práticos, utilização de organogramas e resumos. Análise/discussão de textos legislativos para integração da teoria à prática. Exposição com o auxílio dos recursos de multimídia. Estudos de casos. Trabalhos em grupos e individuais.

6. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO APROVEITAMENTO

- 6.1 Provas com questões objetivas e dissertativas



- 6.2 Apresentações orais de textos previamente indicados
- 6.3 Trabalho de Pesquisa
- 6.4 Participação em classe ou fora, espontaneamente ou provocada.
- 6.5 Aplicação e assiduidade nas aulas

7. BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Roque de Brito. Dos indícios no processo penal. São Paulo: Forense, 2003.
- BADARÓ, Gustavo Henrique. Processo Penal. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2017.
- Gustavo Henrique R. Ivahy. Ônus da prova no processo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- BARROS, Antonio Milton de. Processo Penal segundo o sistema acusatório. Leme: LED, 2002.
- A lei de proteção a vítimas e testemunhas: e outros temas de direitos humanos comentados. 2.ed. Franca: Lemos & Cruz, 2006.
- BRANCO, Tales Castelo. Da Prisão em Flagrante. São Paulo: Saraiva, 2012.
- DE LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal. Juspodivm, 2022.
- FERNANDES, Antonio Scarance. Processo Penal Constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.
- GRINOVER, Ada Pellegrini e outros. Juizados Especiais Criminais: Comentários à Lei 9.099, de 26.09.1995. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- As Nulidades no Processo Penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- Recursos no Processo Penal. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- LOPES JÚNIOR, Aury. Direito processual penal. Saraiva, 2022.
- MACHADO, Antônio Alberto. Curso de Processo Penal. 6. Ed. Atlas, 2014.
- MARREY, Adriano. Júri - Teoria e Prática. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- MENDONÇA, Andrey Borges de. Prisões e outras Medidas Cautelares Pessoais. Método, 2011.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal e Execução Penal. 12. Ed. Forense, 2015.
- Tribunal do Júri. Revista dos Tribunais, 2015.
- OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. 19. Ed. Atlas, 2015.
- PITOMBO, Cleunice. Da Busca e Apreensão no Processo Penal. Revista dos Tribunais, 2005.
- QUEIJO, Maria Elizabeth. O direito de não produzir prova contra si mesmo: o princípio nemo tenetur se detegere e suas decorrências no processo penal. 2. Ed. Saraiva, 2012.
- SANCHES, Rogério. Pacote Anti Crime. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.
- TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. Curso de Direito Processual Penal. 9. Ed. Juspodivm, 2014.
- TORNAGHI, Hélio. Curso de processo penal. Saraiva.
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal. 34. Ed. Vol. I a IV. Saraiva, 2012.
- TUCCI, Rogério Lauria. Teoria do direito processual penal: jurisdição, ação e processo penal. Revista dos Tribunais, 2002.

Responsabilizo-me pelo cumprimento integral deste Plano de Ensino e pelo seu conteúdo.

Franca, quinta-feira, 9 de fevereiro de 2023.

Professor Doutor Clóvis Alberto Volpe Filho